



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA: REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

GABRIELLE CHAGAS DA SILVA¹

CAROLINA CASSIA BATISTA SANTOS²

CRISTIANE DA ROCHA MAR³

RESUMO

Trata-se de uma breve análise do processo de "modernização" da Amazônia, considerando os impactos do desenvolvimentismo ao longo dos séculos XX e seus desdobramentos no século XXI, elaborada a partir de pesquisa bibliográfica. Além disso, objetivou-se mensurar as particularidades condicionadas pelas refrações da questão social como desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social na região.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Amazônia; Questão Social; Serviço Social.

ABSTRACT

This is a brief analysis of the process of "modernization" of the Amazon, considering the impacts of developmentalism throughout the 20th century and its consequences in the 21st century, drawn up based on bibliographical research. Furthermore, the objective was to measure the particularities conditioned by the refractions of the social issue as challenges to be faced by Social Services in the region.

Keyword: Developmentalism; Amazon; Social Issue; Social Service.

1. Introdução

Este artigo pretende dialogar sobre as consequências do processo de modernização da Amazônia impulsionado pelo desenvolvimentismo, a partir da década de 1960, e seus

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

³ Universidade Federal do Amazonas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desdobramentos na atual conjuntura amazônica. Ao analisarmos a interação entre os processos de mundialização do capital, integração da Amazônia e desenvolvimentismo, percebemos o entrelaçamento com o processo de urbanização e suas refrações enquanto questão social. Como fio condutor de tal processo, constatamos que o ciclo de construção de estradas ocorrido, no Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), marcou um importante ponto de partida para a expansão do capital, tanto em nível nacional como internacional, na região.

Dada a complexidade, debater sobre o processo de modernização desse território é essencial para compreendermos as particularidades que envolvem as dinâmicas sociais, espaciais e os conflitos socioambientais presentes nessa conjuntura. Portanto, identificar os fatores que impulsionaram o desenvolvimento econômico ao longo dos séculos e seus impactos na Amazônia, ora sejam, mudanças nas dinâmicas dos povos originários e consequentemente de seu território, nos dão elementos para a problematização da questão socioambiental e mesmo questão urbana enquanto refrações da questão social.

A base metodológica deste artigo é constituída principalmente por estudiosos marxista, vez que objetivamos compreender a realidade imposta, assim como os impactos oriundos do capitalismo na região especificada. O referencial teórico é embasado em levantamento bibliográfico, com prioridade à intelectuais e referências amazônicas. O presente artigo se divide em duas partes: a primeira aborda o processo de modernização da Amazônia, conduzido sob intuito de atendimento das demandas do capital estrangeiro. A segunda parte concentra-se na discussão das refrações da questão social e desafios impostos ao Serviço Social.

Dada a pertinência, ao Serviço Social cabe a crítica sobre as refrações que permeiam esse processo de mundialização do capital. Logo, a leitura da conjuntura histórica que envolve uma agenda da classe hegemônica é fundamental para o enfrentamento das mazelas que nos assolam na contemporaneidade. Especificamente no âmbito da Amazônia, com suas particularidades, é essencial compreendermos os impactos específicos de determinadas políticas conservadoras sobre os povos originários e comunidades tradicionais, para então pensarmos em ações que realmente garantam a proteção dos direitos humanos e a preservação da biodiversidade neste vasto território amazônico.

2. Desenvolvimentismo no Brasil: urbanização e particularidades na Amazônia

De início, é relevante analisarmos o movimento de urbanização à luz das políticas desenvolvimentistas que desempenharam um papel fundamental nas transformações

econômicas, sociais, políticas e culturais no Brasil, bem como as problemáticas decorrentes desse movimento de modernização.

As políticas desenvolvimentistas no cenário brasileiro tiveram seu marco inicial em 1930, e deram impulso às transformações econômicas e sociais nos anos que se seguiram. Sob análise do percurso histórico, durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, os esforços foram direcionados para a criação de empresas estatais e a implementação de políticas voltadas para a industrialização, além de incentivos à produção nacional.

Em 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, a prioridade era o desenvolvimento da indústria, tendo a urbanização como meta para a expansão econômica. Esse período ficou conhecido como "Cinquenta Anos em Cinco" devido às transformações socioeconômicas vivenciadas durante o seu governo.

Durante a ditadura militar, datada entre 1964 a 1985, a política desenvolvimentista era regida pela ideia de "milagre econômico". O foco também se voltava para investimentos em projetos de infraestrutura urbana e na industrialização, com ênfase no setor automobilístico.

O discurso desenvolvimentista difundido no contexto da ditadura defendia a visão de comunidade como unidade harmônica, onde os desajustados precisavam ser integrados. Esse discurso tem como base o processo de expansão do capitalismo, que através do aparelhamento estatal atingiu todos os âmbitos da vida social, inclusive cultural, na pretensão de conservar as relações de poder.

Com foco na região amazônica, o governo federal adotou estratégias de desenvolvimento econômico acelerado e intensivo, visando explorar seus recursos naturais e promover a ocupação humana. Essa política, conhecida como "Marcha para o Oeste" ou "Marcha para o Norte", e tinha como objetivo promover a integração da Amazônia ao restante do país, estimulando a colonização, a infraestrutura e o desenvolvimento agropecuário. Foi nesse período que ocorreram a construção da rodovia Transamazônica e a implementação de projetos de colonização, como o Programa de Integração Nacional (PIN). Essas ações foram impulsionadas pela visão desenvolvimentista de que a Amazônia representava uma fronteira a ser explorada para o crescimento econômico do país.

Na premissa do projeto "Brasil Grande", à custa de enorme endividamento externo, o governo federal continuou suas ações de grandes investimentos na Amazônia. Nesse engodo, Loureiro (2009) destaca alguns acontecimentos que frisaram o projeto de exploração da Amazônia em prol da mundialização do capital. Nessa linha, a supracitada autora rememora que em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

decorrência da crise do petróleo, em 1973 e 1978, os países desenvolvidos reorganizaram suas atividades econômicas. Ao passo de avançarem na estratégia da acumulação pela economia de energia, muitos países transferiram para países periféricos algumas atividades altamente consumidora de energia. É por essa razão que a grande transformação da fronteira amazônica ocorre por volta da década de 1980 (Loureiro, 2009, p. 61).

Ao longo da história, a Amazônia tem sido alvo de programas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas, os quais advogam pela exploração de seus recursos naturais e produção de *commodities*. Ressalta-se que a agenda desenvolvimentista justificou a venda de terras públicas pelo Estado, incentivando, dessa forma, a negociação e alienação de terras para inserção de indústrias em solo regional. Como consequência da exploração da natureza, Loureiro (2009, p. 43) reflete que tais condições resultam na "exploração e subordinação de populações que nelas habitam - caboclos, ribeirinhos, migrantes antigos, negros de quilombos, colonos e outros - e no desaparecimento de inúmeras populações indígenas ao longo dos séculos".

Pinheiro *et al.* (2022) afirmam que no Brasil:

os programas desenvolvimentistas ou neodesenvolvimentistas, como os grandes projetos de exploração de recursos naturais e a produção intensiva de *commodities* agrícolas e minerais, permitem a afirmação de que a constituição da questão social nos marcos do capitalismo está relacionada com as questões agrária, urbana e ambiental (Pinheiro, *et al.*, 2022, p. 88).

Em ampla escala, os conflitos territoriais são oriundos da disputa pela posse e uso da terra como expensor do capital. Logo, a dimensão socioambiental se refere à crescente exploração de recursos naturais, que pode levar à degradação do meio ambiente e à perda de biodiversidade, assim como a expulsão de populações tradicionais e povos originários para o contexto urbano. Nessa frequência, a questão urbana entra em voga em decorrência das pressões sobre o espaço urbano, devido ao aumento da demanda por moradias, por especulação imobiliária e pela expansão territorial de interesse do capitalismo.

No tocante as políticas desenvolvimentistas na Amazônia, especificamente destacamos o exemplo da cidade de Manaus, vez que estas preconizavam a ocupação urbana da cidade em prol da segurança, nessa condição, a ocupação do "imenso vazio" da Amazônia era necessária para o desenvolvimento e bem-estar da população (Martins, 2021).

Santos (2009) nos informa que o significativo aumento populacional na cidade de Manaus ocorreu, a partir de 1967, decorrente da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM). A ZFM foi criada com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da região através da criação da zona de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

livre comércio, e, como consequência, transformou a cidade num centro absorvente e diversificado de mão-de-obra, com repercussões demográficas e econômicas significativas ao nível regional, representadas especialmente pela entrada do capital estrangeiro, a ampliação do mercado de trabalho e o incremento do setor turístico. Santos (2009) observa:

Os impactos da migração no cotidiano da cidade e de seus habitantes foram extremamente significativos. Em 1980, dos habitantes de Manaus, uma terça parte era constituída de não naturais (Melo & Moura, 1990). Ou seja, as migrações traziam como resultado um reordenamento (ou desordenamento) do espaço urbano, o aparecimento de novos atores sociais e a redefinição do modo de vida urbano.

[...] A cidade não comportava as demandas objetivas deste fluxo migratório, provocando um 'inchaço' e o conseqüente aparecimento de favelas e subabitações. (Santos, 2009, p. 138-39).

Para Loureiro (2009, p. 182), a criação da ZFM foi concebida dentro de uma teoria de modernização que fazia parte do primeiro plano de desenvolvimento da ditadura militar. O objetivo principal era promover o desenvolvimento da região através da industrialização e do comércio, com a intenção de reduzir as desigualdades regionais. No entanto, para uma avaliação mais completa do impacto socioeconômico dessa iniciativa, é necessário também considerarmos as questões ambientais envolvidas. Como aponta a autora, “os custos decorrentes da degradação ambiental, especialmente aqueles relacionados à perda de biodiversidade causada pelo desmatamento em outros estados amazônicos” precisam ser levados em consideração.

O século XX é marcado pelo estabelecimento do capitalismo industrial. No recorte da Amazônia, dada a conjuntura, constata-se que a região segue sendo palco para estabelecimento de indústrias/multinacionais que perfazem toda a cadeia de produção e reprodução urbana. Diante de tais acontecimentos, é evidente a relação entre a urbanização e industrialização como instrumentos de manutenção do capitalismo. No contexto da ZFM, o estabelecimento das indústrias intensificou o chamado pró “modernização” e “progresso”, tendo como uma das negativas, a intensificação do déficit habitacional e chamada questão socioambiental. Diante de tais problemáticas, marca-se a necessidade de pensarmos em estratégias e políticas públicas para atendimento das demandas habitacionais.

Na fase do capitalismo industrial, motivado pelos programas desenvolvimentistas, a ZFM passou a significar, então, uma nova possibilidade de desenvolvimento econômico, com a ampliação das ofertas de trabalho adjunto à requisição de mão-de-obra.

No desenvolvimento capitalista na Amazônia é o Estado ditatorial brasileiro que intervém para assegurar a expansão econômica e as condições de exploração do trabalho na região. As bases das antigas formas de economia são destruídas e instituem-se novas relações sociais de produção, que passam a conviver com formas “arcaicas”. Há a desapropriação e

reapropriação de terras e instrumentos de trabalho, ocorre o massacre dos povos originários (etnias indígenas) e, também, acontecem muitos conflitos envolvendo os povos tradicionais (ribeirinhos, varjeiros, quilombolas, pescadores, extrativistas), incentiva-se o fluxo migratório para cumprir as funções de mão de obra (Pinheiro *et al.*, 2022, p. 94).

Do processo de expansão econômica, com ênfase no período ditatorial, os pesquisadores Pinheiro *et al.* (2022) destacam dois projetos de intensa e lucrativa exploração: 1) Programa Grande Carajás, focalizado na exploração mineral na Amazônia; 2) Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas: Projeto Calha Norte”, que fora criado nos anos 1980 pelos militares. Tais projetos compuseram a agenda desenvolvimentista do período destacado, contudo, continuam em vigor nos governos civis posteriores. Sendo o Calha Norte subordinado ao Ministério da Defesa desde os anos 1990.

Os autores acima mencionados explicam que o Projeto Calha Norte está composto por vastas reservas minerais, o que tem impedido a demarcação de terras indígenas ao longo da fronteira norte do país. Essa situação cristaliza que a intenção é “preservar essas áreas para grandes empresas transnacionais agropecuárias, madeireiras e de mineração.” (Pinheiro *et al.*, 2022, p.96).

Por fim, em alinhamento com os estudiosos da região, percebe-se que a destruição da natureza em função da exploração dos recursos naturais, o questionamento da posse das terras indígenas, a violência cometida pelos povos originários e tradicionais que habitam na região são algumas das refrações da questão social (Pinheiro *et al.* 2022).

3. Notas sobre questão social e desafios ao Serviço Social na região amazônica

A região Amazônica, com sua vasta biodiversidade, apresenta particularidades que influenciam diretamente a questão social local, diferenciando-a do contexto nacional. A complexidade do contexto amazônico está marcada por desafios específicos, como a exploração predatória de recursos naturais, a usurpação dos territórios indígenas e ribeirinhos, e a falta de infraestrutura básica em muitas áreas, pondo a categoria dos/as Assistentes Sociais a enfrentar esses desafios em seu cotidiano de trabalho profissional.

De acordo com Prates *et al.* (2022, p. 73), ao examinar as transformações da questão social na contemporaneidade, é relevante destacar as disparidades territoriais no contexto brasileiro, abrangendo as diferenças regionais e divergências entre áreas rurais e urbanas, assim como entre países e continentes. Deste modo, fica cristalizado que no âmbito da Amazônia, a questão agrária, indígena e ambiental são refrações da questão social.

Destarte, ao considerar a complexidade da questão social no respectivo território, Teixeira (2008) enfatiza que o contexto exige do Serviço Social uma atualização teórica aliada a um compromisso ético-político, além da necessidade de políticas públicas alinhadas com a realidade da Amazônia e suas peculiaridades.

Sobre o compromisso ético-político, Yazbek (2018), assinala que o Serviço social como profissão é interpelado e desafiado nesse contexto societário pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas, sobretudo por ações de resistência no contexto de luta de classes.

Em relação a esse processo de resistência ao capital, Teixeira (2008) discute o processo de mundialização do capitalismo e seu impacto nessa localidade. Nessa perspectiva, é fundamental destacar que esse processo marca a consolidação de um plano extensivo, ou seja, a polaridade capital x trabalho, processo que invoca na Amazônia diversas problemáticas socioambientais que se associam à questão social. Ou seja, poluição de rios, escassez, devastação da floresta etc., além da destruição e desvalorização da diversidade cultural e linguística dos povos originários (Teixeira, 2008).

Dessa forma, Teixeira (2008) se arrisca a pontuar a gênese histórica da questão social no tratado território, denotando que apesar das similaridades contidas a nível global da precarização da vida, é possível distinguir as singularidades se evidenciada a região Amazônica. Segundo a autora, a gênese histórica se associa: 1) capital mercantil introduzido e reproduzido; 2) estabelecimento da propriedade privada; 3) estabelecimento das indústrias de capital transnacional e monopolista; 4) onda neoliberal.

Relevante para a discussão, vale frisar que a questão habitacional e ambiental tem a mesma origem, ou seja, partem das contradições do capitalismo. Desse modo, ao analisarmos as problemáticas socioambientais, é crucial compreender o processo de deslocamento/migração em massa de pessoas que, expulsas de seus territórios, buscam no complexo urbano por condições "melhores" de vida. Esse fluxo migratório resulta na intensificação da questão urbana, e quiçá, habitacional. Mirando nas especificidades é correto dizer que a população em vulnerabilidade socioeconômica é a mais afetada, uma vez que frequentemente acaba se concentrando em assentamentos precários, como as periferias urbanas das cidades ou aglomerados subnormais.

Nessa perspectiva, Teixeira (2008) nos alerta sobre a necessidade de se estar atento às demandas e particularidades expostas na tratada região, assim como aos novos desafios que estão imbricados às contradições do capitalismo e suas expressões contemporâneas. Portanto, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

autora assera que para além do alargamento das problemática sociais que perduram do passado, a velha questão social porta novos desafios que se impõem ao Serviço Social.

A supracitada autora assevera que em relação às particularidades territoriais, existe à necessidade de as políticas sociais romperem com o padrão sul-sudeste, enfatizando a importância de contemplar as especificidades da região e das populações que nela habitam. Além disso, também destacou a importância da articulação de mecanismos de proteção diante dos desafios impostos pela ordem do capital industrial (Teixeira, 2008).

Associado ao exposto, Viera (2018) enfatizar a importância dos/as profissionais de Serviço Social reforçarem a capacidade de agir como sujeitos coletivos, sinaliza ainda a importância de:

Construir alianças dentro da própria categoria de Serviço Social e com outros/as trabalhadoras/es, e ampliar o referencial teórico – metodológico que permita a leitura crítica da realidade e da atualização de antigas requisições profissionais [...], como parte constitutiva e indissociável de sua atividade profissional (Vieira, 2018, p. 200).

A capacidade dos/as Assistentes Sociais de agirem coletivamente, como destacado por Vieira (2018), é fundamental para somar-se às lutas da sociedade e influenciar movimentos e iniciativas destinadas a resistirem ao sistema hegemônico. Esta ação coletiva não apenas fortalece o poder de intervenção dos profissionais, mas também permite uma abordagem mais ampla e eficaz na promoção de mudanças sociais e na defesa intransigente dos direitos humanos, dos grupos vulneráveis, como os povos tradicionais e originários.

Dado o passado, na contemporaneidade vivenciamos a crescente influência da mundialização do capital e, conseqüentemente, a financeirização das relações sociais, que são moldadas pelo ultraneoliberalismo. Nesse contexto, lamamoto (2019) reflete que estamos atravessando um período marcado pela intensificação de políticas de contrarreformas, cortes de direitos, privatização de serviços sociais e redução dos recursos públicos destinados ao financiamento de políticas sociais, resultando em retrocessos significativos.

Em meio ao avanço do ultraneoliberalismo, lamamoto (2019, p. 34) alega que “a concentração da propriedade territorial e de riquezas têm, no seu verso, a ampliação do fosso de desigualdades entre classes e o crescimento da pobreza.” Para ela, a desigualdade de gênero, raça/etnia/geração, orientação sexual e território intensificam ainda mais as disparidades sociais.

Essas desigualdades têm efeitos colaterais devastadores, como a destruição dos recursos naturais, sua mercantilização, o aumento do desemprego e a supressão de direitos sociais e trabalhistas. Essas conseqüências são resultado direto da busca incessante por um “desenvolvimento” muitas vezes desvinculado da equidade social e ambiental (lamamoto, 2019).

Percebe-se a fusão da racionalidade neoliberal no processo de mundialização financeira, que associado às adaptações do capital barbarizam as condições de vida das populações vulneráveis. Como exemplo dessas colocações, destacamos a relativização e fragmentação dos movimentos sociais e sindicais, que dispersam a capacidade de luta coletiva e a busca por melhores condições de vida.

Essa tendência é intensificada pela indução do modo de pensar que cada trabalhador é “empresário de si”, ou seja, responsável pelo seu “sucesso” ou fracasso pessoal, fatores que resultam na competição desenfreada entre os indivíduos. A meritocracia faz parte desse estímulo que preconiza o esforço individual ao ignorar as diversas barreiras estruturais e sociais existentes. Baseado nisso, Casara (2021) observa que a racionalidade neoliberal pesa a sociedade como mercadoria, logo, objeto de captação de lucro/vantagem, mesmo que isso resulte na barbarização da vida. Nessa linha, o que não gera lucro, é irracional.

Firmada nas concepções dos autores discutidos, torna-se evidente a ligação entre a racionalidade neoliberal e a intencionalidade conservadora das estruturas do capitalismo que persistem e se renovam na atualidade. Em exemplo dessas colocações, a nível global, nota-se um aumento significativo na adesão aos movimentos que se opõem às conquistas alcançadas pelos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que os direitos sociais são relativizados e questionados. E é nesse contexto de retomada da agenda conservadora que a questão socioambiental entra em voga, deixando exposta a vida dos grupos e povos originários que habitam áreas ricas em recursos naturais. Sem delongas, o desmonte da política ambiental reunido no governo do ex-presidente Bolsonaro (2019 - 2022), com destaque para o aumento da grilagem, garimpo ilegal, genocídio contra os povos indígenas, etc., apontam para o avanço do neoconservadorismo.

Em virtude das considerações expostas, fica cristalizada a necessidade em repensar a atuação do Serviço Social, cujo profissional deve se valer de uma análise aprofundada e crítica do sistema econômico, social e político, levando em conta as particularidades da questão social em diferentes contextos e territórios, com o objetivo claro de enfrentar a agenda neoconservadora.

Condicionado a isso, Barroco (2015) ao analisar o atual contexto político, econômico, social, alega que o surgimento da ofensiva neoconservadora busca reduzir a atuação do Serviço Social à perspectiva individualista, de modo a desconsiderar as contradições imbricadas pelo capitalismo. Nesse fio de pensamento, a autora chama atenção para a defesa dos princípios



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

éticos da profissão, e frisa a necessidade de uma atuação crítica pautada na emancipação humana.

Destarte, a discussão da questão social sob o viés crítico também deve ser enfatizada e difundida. Em concordância com Pinheiro *et al.* (2022, p. 99), a questão social é elemento de destaque para a formação e para o trabalho dos/as assistentes sociais, bem como é uma temática que subsidia os movimentos de resistência frente ao conservadorismo. Desse modo, nos limites do debate proposto por esse artigo, torna-se evidente que a participação do Serviço Social é imprescindível para somar-se às lutas das populações tradicionais e povos indígenas em prol da preservação de seus direitos e do direito de existir. Nessa perspectiva, Chaves *et al.* (2022) delineiam:

O Projeto Ético-Político Profissional delinea a direção social da profissão: o vínculo com o projeto societário das classes trabalhadoras, na perspectiva de contribuir para construção de outro tipo de sociedade, que não se limita à garantia de padrões mínimos de bem-estar por meio das políticas sociais, embora estas sejam fundamentais.

Por fim, é de extrema necessidade que o Serviço Social esteja preparado para compreender e lidar com os desafios e demandas emergentes no cenário contemporâneo. Essa compreensão preconiza uma abordagem interdisciplinar, considerando não apenas as complexidades em volta da desigualdade social. Além disso, é importante considerar não apenas as dimensões econômicas, mas também as dimensões socioculturais, históricas e políticas que interferem nas dinâmicas cotidianas das populações que são afetadas com o cenário de desmonte de direitos.

O assistente social é o profissional que atua nas expressões da questão social em suas diferentes formas de manifestação e convive cotidianamente com as diversas expressões da questão social, como matéria-prima do seu trabalho. Admitido este pressuposto, desvendar as diferentes expressões da questão social é fundamental para fermentar o fazer profissional, pois o serviço social se defronta diariamente com os impactos das transformações do capitalismo, que produzem alterações no seu espaço ocupacional. Para Yamamoto (1998), o trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional” condicionado pelas relações entre o Estado e sociedade civil, ou seja, pelas relações entre as classes sociais e romper com a endogenia no Serviço Social. A profissão, como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participa da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais (Chaves *et al.*, 2022, p. 113).

A partir dessa perspectiva é que se compreende a relação do Serviço Social com os povos indígenas e povos tradicionais da Amazônia. A expansão do capital, que destrói o meio ambiente e empobrece pessoas, e os impactos dos processos migratórios das comunidades rurais e ribeirinhas para os centros urbanos trazem diferentes demandas para o Serviço Social,

considerando a necessidade de ampliação de políticas públicas que atendam às particularidades amazônidas.

O fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional se dá frente aos desafios de defesa da cidadania e da autonomia das comunidades tradicionais da Amazônia, e orientado pela perspectiva de respeito aos seus valores culturais e da relação com seus territórios e territorialidade.

4. Considerações finais

Diante das reflexões apresentadas neste estudo, torna-se evidente a importância de compreender o impacto do processo de integração da Amazônia, especialmente no que se refere à expansão do capitalismo na região e da questão social que é inerente a esse ciclo.

No percurso da ditadura militar, as políticas desenvolvimentistas preconizavam o crescimento econômico acelerado para atendimento da internacionalização do capital, o que levou à exploração intensiva dos recursos naturais da Amazônia. Essas ações resultaram em processos de industrialização e urbanização desenfreados, com graves consequências que perduram na atualidade.

No cenário urbano, os desafios são dados em termos de infraestrutura, serviços públicos e habitação, se pensada a segregação socioespacial. As cidades enfrentam problemas como a falta de saneamento básico, moradias precárias, desemprego, consumo urbano seletivo, entre outras restrições. No que toca à questão socioambiental, a relativização das dinâmicas socioculturais das populações que habitam a floresta, a expulsão, a exploração desenfreada da biodiversidade indica a necessidade de somar a luta dos movimentos sociais que reivindicam o direito à existência.

Em função do crescimento populacional no espaço urbano, ocasionado pelos processos migratórios, desencadeados pela expansão do capital e pelos diversos projetos desenvolvimentistas que avançaram sobre a Amazônia, expressou-se a necessidade de um planejamento que organizasse o espaço urbano na cidade, considerando-se a perspectiva crítica sobre os impactos sociais provocados por medidas adotadas por um planejamento econômico, tradicionalmente utilizado no Brasil, que setoriza o econômico e o social, e desconsidera as particularidades dos povos da Amazônia.

O recente avanço da extrema direita neoconservadora no Brasil, que promove um projeto de expansão do capital à custa do massacre dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, exige um posicionamento profissional claro do ponto de vista ético-político, assim



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como, inovador nas dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão, questionando, problematizando esse projeto nocivo e produzindo conhecimentos e práticas inovadoras e criativas, que vão ao encontro dos interesses dos povos da Amazônia, daqueles que sofrem as consequências dos avanços destrutivos e lucrativos, disfarçados de desenvolvimento e progresso.

Por fim, a atuação do Serviço Social ganha relevância no enfrentamento dos desafios complexos que a Amazônia está exposta, visto a necessidade de adensar o debate sobre o direito à moradia e à cidade, tanto nos fóruns da categoria de Serviço social quanto em espaços ocupados por pesquisadores e formadores com o objetivo de subsidiar a atuação profissional e a produção de novos conhecimentos para o enfrentamento das velhas e novas faces da questão social. Contudo, sua atuação deve ser alinhada ao Projeto Ético-Político da categoria, com uma perspectiva crítica, atuando na construção de novas alternativas que possam somar na luta pela emancipação humana.

5. Referências

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

CASARA, Rubens. *Contra a Miséria Neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SANTOS, Carolina Cassia Batista; DACILIEN, Richemond. Questão social e Serviço Social na Amazônia: uma experiência de pesquisa e extensão universitária. In: Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves e Cristiane Bonfim Fernandez. (Org.). *Questão Social e Serviço Social na Amazônia*. 1ed. Manaus: São Paulo: EDUA: Alexa Cultural, 2022, v. 1, p. 105-122.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: Maria Carmelita Yazbek; Marilda Villela Iamamoto. (Org.). *Serviço Social na História. América Latina, África e Europa*. 1ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019, v. 1, p. 34-61.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARTINS, Ana Claudia. *A formação profissional dos assistentes sociais em Manaus no período de 1970 a 1985*. 2022. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

PINHEIRO, Hamida Assunção; VALLINA, Kátia; VALLINA, M. M. A questão social e o processo de espoliação na Amazônia: uma reflexão imprescindível para o Serviço Social. In: Roberta Ferreira



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Coelho de Andrade; Hamida Assunção Pinheiro; Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Cristiane Bonfim Fernandez (orgs.). (Org.). *Questão Social e Serviço Social na Amazônia*. 1ed. Manaus; São Paulo: EDUA; Alexa Cultural, 2022, v. 1, p. 87-103.

PRATES, Jane Cruz; SANTOS, Franciele Machado dos; JACQUES, Carla Oliveira; CARLOTO, Andrea Fão. Notas sobre as refrações da questão social. In: Roberta Ferreira Coelho de Andrade; Hamida Assunção Pinheiro; Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Cristiane Bonfim Fernandez (orgs.). (Org.). *Questão Social e Serviço Social na Amazônia*. 1ed. Manaus; São Paulo: EDUA; Alexa Cultural, 2022, v. 1, p. 67-86.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

SANTOS, Carolina Cassia Batista. Exclusão social e lutas por moradia na cidade de Manaus. *SER Social*, Brasília, n. 3, p. 135–162, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i3.12836. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12836. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, Carolina. Cassia. Batista dos. *Políticas Públicas e Movimentos Sociais: as lutas por moradia na cidade de Manaus*. Denise Bomtempo Birche de Carvalho. 1998. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social, Universidade De Brasília/UnB, Brasília/DF, 1998.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. In: SCHERER, Elenise (Org.). *Questão Social na Amazônia*. EDUA, 2009.

VIEIRA, Pardillos Nuria. Remoções de Moradias e trabalho do/a Assistente Social: atualização de antigas requisições. In: *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*, org. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE Valeria. São Paulo: Cortez, 2018.

YAZBECK, Maria Carmelita. Proteção Social e crise no Brasil contemporâneo. In: *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*, org. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE Valeria. São Paulo: Cortez, 2018.